
R

EFLEXÕES SOBRE A IMPRENSA CATÓLICA NO BRASIL

Jérri Roberto Marin

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Campo Grande – MS - Brasil

O desenvolvimento da imprensa católica no Brasil foi estudado por Oscar de Figueiredo Lustosa na obra *Os bispos do Brasil e a imprensa*, publicada em 1983, pela Editora Loyola e pelo Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB). Essa publicação foi uma das pioneiras e tornou-se uma referência obrigatória para os pesquisadores.

O objetivo deste texto é dialogar e confrontar essa vertente interpretativa e propor novos olhares acerca do desenvolvimento da imprensa católica no Brasil, do final do século XIX até as primeiras décadas do regime republicano. Nessa conjuntura, houve grandes transformações na sociedade brasileira, e as relações entre a Igreja e o Estado, tanto no regime imperial como no republicano, foram marcadas por tensões, conflitos, aproximações, afastamentos e por uma ofensiva da hierarquia eclesiástica brasileira que buscava conquistar privilégios e uma maior inserção política. Pretende-se focar os posicionamentos institucionais sobre a imprensa católica, as divergências e os enfrentamentos no interior da hierarquia eclesiástica e as relações que foram estabelecidas com a Santa Sé.

A importância de não se dissociar a história das religiões da história da mídia, assim como as relações dos segmentos religiosos com os meios de comunicação, foi defendida por Saussy (2001) e Hoover (2012). A apropriação dos meios de comunicação pelos diferentes segmentos religiosos possibilita trazer novas dimensões para a compreensão da religião na contemporaneidade.

As fontes utilizadas foram coletadas no Arquivo Secreto Vaticano e no arquivo da *Segreteria di Stato, Sezione per i Rapporti con gli Stati, Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari*, e incluem cartas, telegramas, relatórios, instruções, encíclicas, cartas pastorais, entre outras¹.

A obra *Os bispos do Brasil e a imprensa*, de Oscar de Figueiredo Lustosa

No final da década de 1960, vários historiadores europeus reuniram-se para a construção de uma história acadêmica da Igreja Católica e que realizasse um diálogo com as Ciências Sociais. Teólogos da América Latina e do Brasil apoiaram essa empreitada ao criarem, em 1973, na cidade de Quito, no Equador, a Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA) com o fim de escrever uma história não corporativista da Igreja Católica e que seguisse a fundamentação teórica da Teologia da Libertação. No Brasil, foram criadas, em 1977, a CEHILA-Popular, em 1978, o Centro de Estudos e Pesquisas de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB) e, em 1980, a CEHILA-Brasil. Esses centros reuniram intelectuais, tais como Eduardo Hoornaert, José Oscar Beozzo e Riolando Azzi, entre outros, que mantinham fortes vínculos com a Igreja Católica e eram militantes da Teologia da Libertação. Como decorrência dessa mobilização, houve um aumento de simpósios, de encontros e de publicações sobre a história da Igreja Católica na América Latina e no Brasil.

Entre os pesquisadores que estavam empenhados em reescrever a história da Igreja Católica, destacou-se o frei Oscar de Figueiredo Lustosa, que era licenciado em Filosofia, bacharel, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor universitário. Lustosa presidiu o CEPEHIB, cujo objetivo era preservar a memória, desenvolver estudos e publicar fontes e textos sobre a Igreja Católica e, desde o ano de 1980, foi pioneiro no desenvolvimento de estudos sobre a imprensa católica². A pesquisa que estavam realizando tinha como objetivo desenvolver um “estudo sistemático” sobre a história da imprensa católica a fim de propor uma periodização que superasse “o esquema tradicional de Império e República” (Lustosa 1983:9-10). Lustosa e sua equipe realizaram levantamentos e coletas de exemplares dos jornais publicados a partir de 1822 e reuniram documentos e bibliografias sobre o tema³.

Entre os desafios enfrentados por Lustosa e sua equipe estava a definição de um campo teórico-metodológico de investigação. A história da imprensa católica, como objeto de pesquisa, foi compreendida como uma fonte imprescindível para o entendimento da história da Igreja Católica no Brasil e para as investigações sobre a evolução histórica do país. Nesse sentido, o desenvolvimento da imprensa católica, a partir da Questão Religiosa (1873-1875), estava associado às diretrizes da Santa Sé, às transformações da sociedade brasileira e às relações que foram sendo estabelecidas entre a Igreja Católica e o Estado. A perspectiva analítica estava ancorada na descrição das características morfológicas e anatômicas dos periódicos (título, local de publicação, periodicidade, tiragem, recursos materiais

e humanos, abrangência, duração e perfil) e na capacidade da imprensa católica de influenciar a sociedade.

Em 1983, o 2º Caderno do CEPEHIB, intitulado *Os bispos do Brasil e a imprensa*, trouxe os primeiros resultados das pesquisas e reuniu várias cartas pastorais cuja temática era especificamente a imprensa. Os estudiosos do CEPEHIB afirmam que compilaram, “senão todas, certamente a totalidade, menos uma [?], das pastorais consagradas pelo tema” (Lustosa 1983:5). Lustosa incluiu na obra dez cartas pastorais que foram lançadas pelo episcopado brasileiro até 1944.

Para Lustosa, a imprensa católica era uma preocupação recorrente da Santa Sé e foi abordada no Concílio Plenário Latino-Americano (1889), nas Pastorais Coletivas do episcopado brasileiro (1890, 1900, 1910, 1915) e nas cartas pastorais. Alguns bispos, embora não dedicassem uma pastoral ao tema, abordaram a temática, tais como D. João Becker, D. Joaquim Silvério de Sousa, arcebispo de Diamantina, e D. Silvério Gomes Pimenta, no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras (Lustosa 1983:5-6). O conjunto de cartas pastorais evidenciava o engajamento do episcopado “na luta pela implantação e sustentação do que eles chamam de ‘Boa Imprensa’”⁴ (Lustosa 1983:5).

Os primeiros jornais católicos datam da primeira metade do século XIX, sendo, porém, “pequenas gazetas de circulação quinzenal ou semanal, carregadas de textos polêmicos, que além de um raio de ação muito reduzido, em geral, duravam pouco” (Lustosa 1983:13). Lustosa ressaltou as três condições em que se desenvolveu a imprensa. A primeira foi o “empirismo”, devido à falta de “estratégias de ação”, sendo superados e alcançados seus objetivos após a aproximação, cópia ou imitação da imprensa europeia. A segunda foi a “precariedade de recursos materiais”, devido à escassez de recursos e seu financiamento baseado em doações de católicos, empresas ou pessoas. As propagandas publicadas e as assinaturas eram insuficientes para cobrir todos os custos. Por fim, a “precariedade de recursos humanos”, pois os jornalistas e militantes católicos eram poucos e tinham de trabalhar sem receber nenhuma remuneração. Como decorrência, os jornais eram dirigidos por clérigos, que forneciam as diretrizes para a participação de jornalistas leigos (Lustosa 1983:10-11).

Lustosa propôs uma periodização, que foi dividida em quatro fases. Estas não deveriam ser vistas como rígidas, inflexíveis e estanques, pois visavam “fornecer um quadro para seguir o desenvolvimento do periodismo”. As fontes nas quais se baseou foram os jornais, as cartas pastorais e as Pastorais Coletivas:

1ª - fase de iniciação (1830 (?) – 1860), sendo dominante o empirismo, o artesanato e a dispersão da iniciativa.

2ª - fase de consolidação. A *Imprensa Católica* toma dimensões (1870-1900) mais amplas, torna-se mais informativa, sempre sobre a vida interna da Igreja e também entra em uma perspectiva polêmica.

3ª - fase de organização e articulação (1900/1945). Os responsáveis do

jornalismo católico se preocupam mais com a infraestrutura do jornal. Funda-se o *Centro da Boa Imprensa e a Liga correspondente*. Há tentativa de centralização de informações com a agência de notícias católicas.

4ª - fase de especialização (1945/...). A ampliação dos meios de comunicação social, as inovações tecnológicas, os desafios levantados na área do periodismo, especialmente, provocam uma tomada de consciência da hierarquia e dos jornalistas católicos sobre a necessidade de reformular a política eclesial sobre este problema (Lustosa 1983:12, grifos do autor).

A fase de iniciação (1830 (?) - 1860) foi marcada pelo surgimento dos primeiros impressos, que, devido ao direito do padroado e da intervenção do Estado nos assuntos eclesiásticos, impossibilitavam a articulação em nível nacional do episcopado. Segundo Lustosa (1983:13), os jornais caracterizavam-se pelo “primarismo na técnica de impressão, com o acanhado dos formatos das folhas”. Contribuiu para isso o isolamento do episcopado, e a escassez de recursos impunha inúmeras dificuldades que prejudicavam sua circulação e permanência: “Cada jornal, pequeno e limitado, quinzenário ou semanário, como eram as gazetas desse período, não somente tinham um raio de ação muito reduzido, como ainda durava pouco. Eram ‘folhas sazonais’, como afirmava um articulista da época” (Lustosa 1983:13). Quanto ao conteúdo, veiculavam “questões do culto, da piedade, da doutrina, nada mais pretendiam do que estender aos fiéis os ensinamentos eclesiásticos do púlpito” (Lustosa 1983:14).

A fase de consolidação (1870-1900) foi associada às inúmeras transformações econômicas, sociais e políticas na sociedade brasileira, à Questão Religiosa (1873-1875) e à crescente preocupação da Santa Sé e do episcopado com a expansão da boa imprensa, que “levará os católicos a articular um movimento nacional na área do jornalismo” (Lustosa 1983:10). Segundo Lustosa (1983:14-15), houve uma articulação do episcopado em nível nacional “tanto na área das atividades pastorais, como na do periodismo católico” apologético e polêmico. Essa fase seria caracterizada pela “proliferação fora do comum de periódicos” e teria sido marcada “pelas lutas e vitórias do jornalismo católico que [enfrentava] adversários poderosos e mais bem equipados” que pretendiam neutralizar o catolicismo.

A proclamação da República e a conseqüente separação entre os poderes temporal e espiritual teriam impulsionado a imprensa católica a defender a instituição em seus “direitos e pretensões”, para mobilizar e organizar a ação do laicato em defesa das prerrogativas do episcopado e para promover a reaproximação com o poder político e com a sociedade brasileira. Nesse contexto, houve uma proliferação de impressos, o aperfeiçoamento na tecnologia e nos conteúdos⁵ e a ampliação dos assinantes nos principais centros urbanos do país (Lustosa 1983:16-17).

A fase de organização e articulação (1900-1945) foi marcada pela “reorganização e coordenação” da hierarquia eclesiástica e pelo laicato, seguindo as determinações da Santa Sé, do Concílio Plenário Latino-Americano, das Pastorais Coletivas e dos

Congressos Católicos. O Primeiro Congresso de Jornalistas Católicos, realizado de 31 de março a 4 de abril de 1910, teria sido “o ponto de partida concreto para a nova etapa do periodismo”, pois o episcopado teria apoiado e aplaudido a criação dessas instituições (Lustosa 1983:19). A *boa imprensa* passou a ocupar um lugar de destaque, e “as diretrizes do episcopado [insistiam] na criação da *Associação da Boa Imprensa*” e de um jornal de alcance nacional e na “coordenação e centralização dos problemas dos jornais e revistas” (Lustosa 1983:17-18). Com a criação do Centro da Boa Imprensa e da Liga da Boa Imprensa, houve maior articulação e convergência dos esforços para a organização financeira e administrativa e para a definição do “modelo de um jornal católico”. Essa ação, que teria sido “segura e enérgica”, a fim de defender as prerrogativas da hierarquia eclesial, foi coordenada pelo frei Pedro Sinzig e por Hosannah de Oliveira (Lustosa 1983:18-20). Apesar dos esforços, Lustosa (1983:20) reconheceu que “os jornais vão surgindo e, quase sempre, desaparecendo depois de uma existência mais ou menos breve”.

A criação de editoras vinculadas a institutos religiosos, tais como dos Claretianos, Franciscanos e Jesuítas, teria sido uma estratégia eficaz para superar a escassez de recursos. A fundação do Centro Dom Vital, em 1922, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, permitiu a articulação da intelectualidade católica leiga em nível nacional e favoreceu a criação de vários jornais católicos em diferentes regiões do Brasil (Lustosa 1983:20-21). A revista *A Ordem*, criada por Jackson, em 1921, foi logo incorporada pelo Centro e tornou-se o seu principal órgão de divulgação.

A última fase seria a de *especialização* (1945-...) e teria ocorrido devido “aos avanços tecnológicos dos meios de comunicação”, trazendo “novas perspectivas” para a imprensa católica. Como decorrência, ocorreram “descontinuidades” das fases anteriores, quando a imprensa continuava a ser uma das preocupações da hierarquia eclesial, porém “como um problema a ser resolvido por si e isoladamente”. O tema continuava a ser debatido, mas não por meio de cartas pastorais, pois “não [possuía] mais o significado e o alcance do passado” (Lustosa 1983:21).

Para Lustosa (1983:8), a difusão da imprensa católica estaria associada à situação política da Igreja no final do século XIX e ao contexto republicano, e foi uma das estratégias de reação às transformações da sociedade: “[...] a Imprensa, sobretudo os periódicos, foi o canal privilegiado, utilizado bem ou mal pela hierarquia e pelos católicos, para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em uma palavra, para *informar e formar*” (grifos do autor).

Nesse contexto, o episcopado realizou “um trabalho sério e organizado” para consolidar a imprensa católica, sendo as cartas pastorais escritas “sob a pressão de circunstâncias expressivas”, que exigiam uma reação ofensiva e defensiva:

O episcopado, tomado coletivamente, apoiou e aplaudiu a *Boa Imprensa*, especialmente nas assembleias em que foram ditadas as normas para o bom andamento da comunidade eclesial brasileira.

Tomados singularmente, os bispos se alinharam no mesmo diapasão, ainda que em momentos e sob formas diferentes. Disso temos provas nas *portarias* e *circulares*, além dos mandamentos, que foram expedidos nesse período sobre a imprensa. [...] Alguns prelados, no entanto, preferiram o gênero *Cartas Pastorais* [...] documento de primeiro plano em nível de orientação oficial e de ensinamento (Lustosa 1983:22, grifos do autor).

As cartas pastorais, publicadas na obra, evidenciavam “o próprio pensamento da hierarquia eclesiástica”, que atuava de forma homogênea e enérgica: “É a razão por que se pode deduzir, do conjunto das *Cartas Pastorais*, agora editadas em volume, uma linha de atitudes e de posições bem-claras, diante do problema da Imprensa em geral e *Imprensa Católica* em particular, que traduzem o próprio pensamento da hierarquia” (Lustosa 1983:22, grifos do autor).

Em seu conjunto, as cartas revelariam o “coro unânime de valorização do papel da Imprensa na sociedade moderna” (Lustosa 1983:25). “Uniformemente aceitas pelos bispos”, teriam por função denunciar os abusos das autoridades e defender a Igreja Católica; esclarecer e formar uma opinião pública; mobilizar os católicos para a defesa das prerrogativas da hierarquia eclesiástica; combater os erros modernos, as religiões e as ideologias concorrentes; neutralizar a *má imprensa*; alavancar a civilização e a boa educação; e evangelizar (Lustosa 1983:24-26).

Muitos pesquisadores abordaram o desenvolvimento da imprensa católica no Brasil, tais como Frago (apud Hoonart 1979), Soares (1988), Della Cava e Montero (1991), Azzi (1992, 1994), Cruz e Cunha (2007), Martins (2003), Vieira (2007), Gonçalves (2008), Marques de Melo (2003), Dalmolin (2012) e Silveira (2013), entre outros. Suas interpretações são diversas, assim como as áreas a que pertencem. Porém, a obra *Os bispos do Brasil e a imprensa* foi, e continua sendo, uma referência obrigatória para a maioria dos estudiosos da temática. A perspectiva interpretativa de Lustosa mais persistente e que tem muitos seguidores é a do crescente interesse do episcopado pelo desenvolvimento da imprensa católica, resultado de uma ofensiva homogênea e do seu contínuo alinhamento às diretrizes da Santa Sé. Ou seja, o episcopado, sempre unido e coeso, teria realizado “um trabalho sério e organizado em favor da *imprensa católica*” e apoiado e aplaudido a *boa imprensa* (Lustosa 1983:22, grifos do autor).

A seguir, irei propor outra perspectiva acerca do desenvolvimento da imprensa católica no Brasil ao focar as disputas e tensões que existiram entre a Santa Sé e a hierarquia eclesiástica brasileira.

Outros olhares: a Santa Sé e a imprensa católica brasileira

A Santa Sé acompanhava, com muito interesse, o cenário dos meios de comunicação no Brasil, assim como as diretrizes e ações do episcopado. Os Internúncios

Apostólicos e, posteriormente, os Núncios trocavam inúmeras correspondências com a Secretaria de Estado do Vaticano sobre o tema, informando, refletindo, debatendo e formulando propostas e soluções. Era comum consultarem membros do episcopado e pessoas consideradas de confiança, permitindo um amplo conhecimento da realidade brasileira, porém mediado pelo olhar do representante pontifício. O objetivo dessa rede de informações era favorecer e coordenar, de forma eficaz, a tomada de decisões e procedimentos para incrementar a imprensa católica e para intervir na sociedade. Também objetivava levar em conta os diferentes interesses, a diversidade de cenários religiosos e a correção de possíveis desvios ou erros que pudessem colocar em risco as relações com o Estado brasileiro e a unidade entre a hierarquia eclesástica. Apesar disso, eram frequentes os conflitos, os enfrentamentos, as resistências e os descontentamentos.

Durante a segunda metade do século XIX, acirravam-se os conflitos entre o Estado e os bispos reformadores. Por parte do governo imperial, estavam a defesa das prerrogativas do direito do padroado e a rejeição aos posicionamentos do episcopado e da Santa Sé. Um dos momentos de maior tensão foi a Questão Religiosa, que alertou sobre a necessidade de mudanças no regime do padroado, pois não atendia mais aos interesses tanto da Igreja como do Estado. Nas instruções da Secretaria de Estado da Santa Sé, era recomendado que agissem com diplomacia e prudência, para não criar animosidades e comprometer a unidade internacional da Igreja Católica e as relações com o governo imperial⁶.

A Secretaria de Estado da Santa Sé considerava insuficientes as publicações católicas e recomendava aos Internúncios que se empenhassem junto ao episcopado para incrementá-las. Estes, por sua vez, elencavam as razões que impossibilitavam a sua ampliação: o não envolvimento do laicato, o pequeno número de assinantes dos jornais católicos, a escassez de rendas, a falta de pessoal e as ingerências do Estado sobre os assuntos internos da Igreja Católica, que dificultavam a articulação do episcopado para implantar as reformas institucionais. Outro motivo seria a qualidade do episcopado brasileiro, ou seja, sua má formação intelectual e sua incapacidade para exercer a liderança tanto em suas dioceses como em nível nacional⁷.

O secretário de Estado criticava, em 1857, D. Pedro II pelas constantes intervenções nos assuntos eclesásticos e por defender a liberdade de imprensa, que favorecia a disseminação de princípios anticlericais e subversivos. A inexistência de uma censura fazia com que os jornalistas ou os jornais não pudessem ser punidos⁸.

O internúncio Angelo di Pietro, na prestação de contas da sua gestão (1879-1882), considerou que a imprensa católica era muito distante da ideal, pois não havia nenhum jornal com edições diárias, mas apenas pequenos jornais com até três edições semanais. A sua tentativa de fundar um jornal diário, que circulasse em todo o país e que fosse financiado por uma sociedade católica, teria fracassado⁹.

Em 1882, o internúncio Mario Mocenni informava ao secretário de Estado Ludovico Jacobini que o episcopado brasileiro era “ótimo”, mas “pouco enérgico

e ativo”, exceto o bispo do Pará D. Antônio de Macedo Costa. Mocenni fazia um “triste prognóstico” sobre o futuro da Igreja Católica no Brasil. Sobre a imprensa católica, informou que seriam “seis ou cinco” os jornais católicos para combater os inúmeros jornais diários considerados hostis. A imprensa católica no Rio de Janeiro era constituída por dois jornais, *O Apostolo* e *O Brasil Catholico*, que tinham duas edições semanais. Porém, o primeiro iria deixar de circular por falta de recursos e assinantes e tinha dois contos de réis de dívida. O segundo também enfrentava problemas financeiros por ter poucos assinantes. Segundo Mocenni, muitas reportagens desses jornais censuravam e criticavam D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, e os representantes pontifícios. Os jornais *A Civilização*, publicado em São Luís do Maranhão, *Boa Nova*, de Belém, e *O Monitor Católico*, de São Paulo, foram considerados ótimos¹⁰.

Após a proclamação da República, com a separação entre os poderes temporal e espiritual, a hierarquia eclesiástica obteve a liberdade que desejava para estreitar as relações com Roma, para investir nas reformas institucionais e para aumentar a presença e a influência na sociedade. Porém, a separação a privou de direitos e privilégios, entre eles o apoio financeiro e institucional. Agravava a situação o não envolvimento do laicato nas causas da hierarquia eclesiástica.

Nesse contexto, as relações diplomáticas entre a Santa Sé e o governo brasileiro evidenciavam um tratamento privilegiado no âmbito latino-americano. Foram concedidas inúmeras regalias, como a elevação da internunciatura à nunciatura, em 1902, a nomeação do primeiro cardeal latino-americano, em 1905, a nunciatura plena, em 1910, e a nomeação do segundo cardeal, em 1930. Segundo Miceli (1988:20), essas políticas “contribuíram para realçar as prerrogativas do governo republicano como interlocutor de peso na condução dos negócios afetos à organização eclesiástica”. Como demonstrou Romano (1979), para sobreviver enquanto instituição, a hierarquia eclesiástica reformulou suas estratégias e ofensivas, de acordo com os desafios que enfrentava, afirmando sua unidade e sua soberania perante o Estado.

Diante de um cenário interpretado como de *crise social*, de anarquia, de ameaça ao princípio de autoridade e das bases da nacionalidade, a hierarquia eclesiástica procurou aproximar-se ainda mais das elites e do Estado e realizou inúmeras alianças¹¹. As relações de tensão e negociação moldaram as relações entre a Igreja e o Estado, possibilitando o fortalecimento institucional e patrimonial (Miceli 1988:20-21). Segundo Vieira (2007:351, 477-484), a hierarquia eclesiástica contou com o apoio, no Congresso Nacional, da bancada católica e de políticos simpatizantes para eliminar os excessos anticlericais e para conquistar privilégios. Havia também uma intelectualidade católica, tais como Carlos de Laet, Eduardo Prado, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que atuavam nos Círculos Católicos, nos Congressos Católicos (1900, 1907, 1909, 1910), nas Ligas Católicas, nas associações religiosas, na Confederação Católica e na imprensa. Suas militâncias direcionavam-se para a defesa do catolicismo e a cristianização da sociedade.

A hierarquia eclesiástica brasileira posicionava-se como força legitimadora do poder, disciplinadora da sociedade e defensora do caráter nacional e do processo civilizatório. Tratava-se de afirmar a importância da Igreja por meio da cristianização social, apoiada nas alianças e nas colaborações com o Estado e as elites, a fim de pleitear o reconhecimento dos seus princípios. Entre as metas, estavam a legalização do ensino religioso nas escolas públicas, a moralização da gestão pública, a não legalização do divórcio e o combate ao comunismo e ao agnosticismo do regime republicano.

Leão XIII, na *Carta Apostólica*, de 2 de julho de 1899, e na encíclica *Paternae Providequae*, de 18 de setembro do mesmo ano, ambas dirigidas ao episcopado brasileiro, recomendava a ampliação da imprensa católica, a fim de formar uma opinião pública e cristianizar a sociedade. Segundo o Papa, era “penoso [...] ver os bons deixarem essas armas que, manejadas pelos ímpios com sedução astuciosíssima, preparam a deplorável ruína da fé e dos costumes” (*Paternae Providequae*). Leão XIII (1899) enfatizava a necessidade de os católicos se mobilizarem na organização de sociedades dedicadas à difusão da *boa imprensa*. Para financiar e manter essas publicações, propôs ações práticas, entre elas a cooperação entre os bispos, o clero e o laicato¹².

Nas decisões do Concílio Plenário Latino-Americano, de 1899, e das Pastorais Coletivas do episcopado brasileiro, constavam a obrigatoriedade em investir na *boa imprensa* e a imposição de restrições às liberdades de consciência, expressão e imprensa (*Carta Pastoral 1922:75*). Nas instruções da Secretaria de Estado da Santa Sé enviadas aos núncios, estava o empenho para incrementá-la. Giulio Tonti (1902-1906), em 12 de maio de 1904, publicou a *Circular ao Episcopado Brasileiro*, em que, no item 5, exortava os prelados a difundirem a imprensa católica, pois havia a percepção por parte da Santa Sé de que o episcopado não se empenhava para difundir-la. Recomendava-se que se publicasse “nos maiores centros [...] um jornal aos menos, bem redigido, puramente católico que sob a Autoridade Diocesana, combata as doutrinas contrárias á religião e ao bom senso moral”¹³. Haveria a necessidade de ampliar os investimentos na imprensa católica (aumentando o número de publicações), além de criar um jornal com edições diárias, que tivesse circulação nacional e que fosse o porta-voz da hierarquia eclesiástica. A publicação deveria ser combativa, formar uma opinião pública, instruir e mobilizar o laicato, combater as religiões concorrentes, defender as prerrogativas da hierarquia eclesiástica e combater os inimigos da Igreja Católica¹⁴.

Na década de 1910, o interesse da Santa Sé pela imprensa católica brasileira aumentou significativamente, assim como a troca de correspondências com o núncio apostólico sobre esse tema, a fim de conhecer sua real situação e coordenar uma intervenção. O cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado da Santa Sé, no pontificado de Pio X (1904-1914), considerava inconcebível que muitas dioceses não tivessem nenhuma publicação católica e sugeria a criação de jornais semanais; nas principais cidades, deveria ser fundado um jornal, com periodicidade diária, e, enquanto não fosse possível, quinzenal. Os poucos existentes não teriam boas

condições morais e materiais, e os resultados alcançados eram considerados estéreis. Esse cenário desfavorável, sob o olhar de Merry del Val, não condizia com um país católico e com uma hierarquia eclesiástica em expansão, devido à criação de novas dioceses e arquidioceses¹⁵.

Merry del Val, em instruções ao núncio apostólico Alessandro Bavona (1908-1911), sugeria zelo, atenção especial e extrema diligência para estimular o episcopado a sair da omissão e do pouco empenho à causa da imprensa católica. O cenário era considerado “triste”, “deplorável”, “lamentável”, “grave”, “vegetativo”, sendo uma necessidade “urgente” revertê-lo¹⁶. Os jornais católicos existentes eram criticados por serem semanais, com pequena tiragem e número de páginas e, por essas razões, não cumpriam a função de coordenar uma ofensiva contra os erros modernos e os inimigos da Igreja Católica¹⁷. Os jornais classificados como hostis ou indiferentes, ao contrário, eram publicados diariamente e foram contabilizados como sendo setenta em todo o país¹⁸.

Para mudar esse cenário, foi recomendado que Bavona se empenhasse com zelo, energia, prudência e diplomacia para que não ferisse as suscetibilidades do episcopado. As intervenções deveriam ser diplomáticas, para não serem vistas como uma imposição ou obrigatoriedade, para não disseminarem a opinião da Santa Sé nem dividirem o episcopado ou criarem desentendimentos, tensões, conflitos e divisões em torno da sua pessoa, entre os bispos e destes com a Santa Sé. Outro cuidado era que a ação do núncio não devia transparecer que a Santa Sé considerava deploráveis as condições da imprensa católica no Brasil e que haveria uma ofensiva conjunta. Suas iniciativas deveriam começar com aqueles que fossem mais receptivos e que estivessem preocupados com esse tema e, de forma cautelosa, deveriam persuadi-los a investir nas publicações católicas¹⁹. Para Bavona, a questão era considerada difícil e complexa, pois, nos congressos episcopais, a temática não era debatida adequadamente e, apesar de o episcopado manifestar seu apoio à causa, não se empenhava, como deveria, para fomentar o crescimento da imprensa e cumprir a legislação eclesiástica e as diretrizes da Santa Sé²⁰. Outro problema era que o laicato seria um dos “males do Brasil”, pois não pagava o dízimo e fazia contribuições financeiras apenas às festas em honra aos padroeiros, em detrimento das demais obras²¹.

Em 6 de agosto de 1910, o cardeal Raffaele Merry del Val solicitou o parecer de Bavona sobre o documento *La Stampa Cattolica nel Brasile (A imprensa católica no Brasil)*, de autoria não informada, exceto de que era uma “pessoa qualificada” e de confiança²². No texto, eram tecidas inúmeras críticas ao indiferentismo do episcopado brasileiro com relação à imprensa católica e à sua falta de unidade de orientação e de ação, embora existissem em todas as circunscrições eclesiásticas inúmeros jornais anticlericais²³. Ou seja, embora se queixassem dos danos gerados à causa católica, não se preocupavam em investir na *boa imprensa*, colocando-a como pauta prioritária de suas gestões. No documento, foram realizadas duras críticas ao episcopado, inclusive ao cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo do Rio de

Janeiro, que foi criticado e denunciado por gastar milhares de liras nas reformas da torre da catedral e “quase nada” nos periódicos católicos, permitindo que “diversos jornais católicos, a maior parte deles geridos por leigos fervorosos, [encerrassem] suas atividades, uma vez que não contavam com o auxílio moral nem material da Autoridade Eclesiástica”²⁴. Como decorrência, os atos da Cúria Arquidiocesana eram publicados no *Jornal do Brasil*, que era qualificado como *má imprensa*, ou seja, contrário à Igreja Católica, obscuro, escandaloso, supersticioso e pornográfico²⁵. As Ordens e Congregações Religiosas também foram denunciadas por ostentarem conventos suntuosos e belas e ricas igrejas, que contrastavam com as demais, e por não investirem na imprensa católica²⁶.

A realização, em 1910, do Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos e da quarta conferência da Província Meridional e a criação do Centro da Boa Imprensa e da Liga da Boa Imprensa foram acompanhadas com muito interesse pelo núncio Alexandre Bavona. Seu objetivo era impelir o episcopado à ação enérgica e homogênea, a fim de difundir a *boa imprensa*²⁷. Porém, suas expectativas foram sendo frustradas. Durante a reunião do episcopado realizada em Petrópolis, por exemplo, teria tentado, “com todas as suas forças”, criar uma ação conjunta, mas teve de retirar-se devido à animosidade do representante do cardeal Arcoverde, para “evitar um escândalo”. O núncio pretendia influenciar o episcopado na decisão de que todas as dioceses deveriam ter jornais católicos, com periodicidade quinzenal ou semanal, e uma publicação diária nos principais centros urbanos²⁸.

Bavona também observou a existência de divergências entre o episcopado e o grupo liderado pelo frei Pedro Sinzig e temia que o Centro e a Liga, sem o apoio episcopal, não teriam recursos para uma atuação eficaz. As tensões giravam em torno da militância de Sinzig pela criação de um partido católico e da sua tentativa de coordenar uma “ação comum segura e enérgica” que envolvesse o laicato, a hierarquia eclesial, os jornalistas e diferentes instituições (Sinzig 1910:255). Seu objetivo era agrupar intelectuais favoráveis à causa católica, arremeter recursos financeiros, organizar uma ofensiva contra os conteúdos, formas e normas jornalísticas, difundir a imprensa católica em nível nacional, solucionar as más condições materiais dos jornais católicos e garantir qualidade aos artigos que publicavam. Para Sinzig (1910:225), as causas da debilidade e da sua curta duração seriam a escassez de recursos, o cansaço dos leitores com notícias locais e a transcrição de textos de outros periódicos. Em 1924, o Centro tinha 772 filiados e houve uma expansão da imprensa católica, sendo a maioria com circulação apenas local.

D. Sebastião Leme, bispo-auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro (1911-1916), via com apreensão os posicionamentos e a militância de Sinzig e do seu grupo e empenhou-se em isolá-los e desmobilizá-los²⁹. Porém, enfrentou inúmeras dificuldades nessa ofensiva, em razão dos conflitos com o cardeal Arcoverde, que não aprovou sua nomeação como seu bispo-auxiliar e com quem tinha problemas pessoais e de autoridade. Sinzig e seu grupo também não apoiaram a nomeação de Sebastião Leme e

fizeram oposição à sua administração. Sua transferência para a arquidiocese de Olinda e Recife, em 1916, foi estratégica, pois evitou que sua imagem fosse desgastada.

Para Bavona, o episcopado brasileiro, com poucas exceções, era considerado desqualificado, megalomaniaco, com má formação intelectual, além de serem pessimistas administradores e sem capacidade de liderança³⁰. De acordo com o núncio, o episcopado sabia da obrigatoriedade de investir na *boa imprensa* e de criar em suas dioceses a Liga da Boa Imprensa. No entanto, mesmo onde esta tinha sido fundada, não a apoiava ou a deixava para terceiros e até criava obstáculos à sua ação. Bavona relatou que o número de jornais escritos por acatólicos e com edições diárias era maior, sem que o episcopado realizasse uma ofensiva. As Ordens e Congregações Religiosas e os intelectuais católicos que investiam na *boa imprensa* também estariam sem o amparo do episcopado, perdendo a eficácia pelo fato de os bispos não assumirem essas causas. Como decorrência, a proposta de criação de um jornal com edição diária, de baixo custo, com circulação nacional, como era desejado pela Santa Sé, não poderia ser viabilizada³¹. Para exemplificar, o núncio citou o jornal *A União*, publicado pela arquidiocese do Rio, que enfrentava disputas internas entre os redatores e o cardeal Arcoverde e entre os próprios redatores. Estes se acusavam de “ladrões” e recorriam à Justiça, expondo o caso a toda a sociedade, sem que o cardeal interviesse³². Os jornais católicos existentes eram qualificados como “jornalecos”, pois a maioria era semanal, publicava reportagens pouco atrativas e não formava uma opinião pública, não defendia as reivindicações católicas, não evangelizava e nem combatia os anticlericais³³. Entre as preocupações, estavam os métodos e meios pelos quais se poderia influenciar a opinião pública e combater a imprensa considerada hostil. Bavona, ao realizar uma análise comparativa, observou que o *Jornal do Brasil* tinha uma tiragem diária de sessenta mil exemplares, empregava jornalistas católicos (entre eles Carlos de Laet, correspondente do *Osservatore Romano*) e seguidamente criticava a Santa Sé e o papel da Nunciatura Apostólica³⁴.

Em 1916, o núncio Giuseppe Aversa (1911-1916) informava ao Secretário de Estado Pietro Cardeal Gasparri sobre o estado religioso do Brasil. No relato, pedia desculpas pelas apreciações negativas que fazia, pois poderiam parecer “fortes e obscuras”, mas seriam a “verdade pura e simples”. Assim, lamentava que o cenário fosse tão “duro e feio”. Para Aversa, a Ação Católica apenas vegetava, devido ao pouco interesse e envolvimento do episcopado: nas arquidioceses de São Paulo e de Porto Alegre, estaria iniciando e obtendo bons resultados; no Rio de Janeiro, em Mariana e Olinda, estava sem uma organização efetiva; e, nas demais circunscrições eclesiais, não tinha sido implementada³⁵. A imprensa católica também não se desenvolvia pelos mesmos motivos, sendo considerada “deficiente”, pois não “existia nenhum grande jornal católico”. Considerava que muitos bispos “não compreendiam perfeitamente a necessidade”, embora outros se dispusessem a contribuir financeiramente para a criação de um grande jornal cotidiano no Rio de Janeiro. Entre os criticados, estava o cardeal Arcoverde, que “não compreendia a importância” de investir em um

jornal com periodicidade diária. Os poucos existentes seriam um de São Paulo, considerado “modesto”; outro em Alagoas, “mais modesto ainda”; e outro no Rio Grande do Sul, publicado em língua alemã. Nas demais dioceses, havia jornais semanais ou quinzenais, que “pouco [contavam]”³⁶. Para Aversa, o problema residia no fato de os bispos serem maus administradores e terem má formação intelectual. Entre as exceções, estavam o bispo de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza, e D. João Becker, arcebispo de Porto Alegre³⁷.

O prefeito da Sagrada Congregação Consistorial, Gaetano del Val, com base na Visita Apostólica realizada no Brasil entre 1922 e 1925, fazia inúmeras críticas à imprensa católica brasileira, que publicava artigos contrários ao catolicismo e empregava termos e uma linguagem que, embora não fossem abertamente contrários, acabavam por ridicularizar a instituição, por colocar como título *Religião* e como subtítulo *Catolicismo, Evangelização, Teosofismo, Espiritismo*, confundindo os leitores ao não distinguir o verdadeiro do falso, e por propagar religiões e doutrinas contrárias à Igreja Católica³⁸. Diante da pluralização crescente do campo religioso e do avanço das religiões concorrentes, era necessário combatê-las e defender os interesses da Igreja Católica, para garantir sua expansão, legitimidade e reconhecimento social.

Entre as instruções de Pietro Gasparri, Secretário de Estado, para o núncio Enrico Gasparri (1920-1933), estava a necessidade de coordenar ações em defesa dos interesses religiosos, como a Ação Católica, organizada por uma liderança habilidosa, e criar um jornal com periodicidade diária e com circulação nacional. Nesse contexto, havia grandes esperanças na liderança de D. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda e Recife, pela sua capacidade de mobilizar elementos religiosos, cívicos e políticos³⁹.

Em 15 de março de 1921, devido às más condições de saúde do cardeal Arco-verde, Leme foi transferido para a arquidiocese do Rio de Janeiro, sendo nomeado arcebispo-coadjutor com direito de sucessão. Para a Santa Sé, ele tinha grande prestígio no meio governamental e era considerado capacitado para exercer uma liderança forte e eficaz do episcopado e do laicato, unindo-os para consolidar, num ritmo acelerado, a cristianização do Estado e da sociedade. Sua nomeação favoreceu também a maior intervenção e inserção da Nunciatura Apostólica, ampliando o diálogo e a cooperação com os representantes pontifícios, cujas relações estavam mais hierárquicas e centralizadoras.

Em 1922, foi publicada a *Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis de suas Dioceses por ocasião do Centenário da Independência*, contendo 22 capítulos e 129 páginas. No capítulo XI, dedicado à imprensa, o episcopado alertava sobre os “espantosos estragos no indivíduo, na família e na sociedade”, sendo um “vil instrumento do erro e do mal, a enfunar vaidades, a requintar no crime, a destruir toda moral e toda crença e a fazer o mundo christão retroceder á barbaria do paganismo”. Ao incrementar os instintos, contribuía à involução social (*Carta Pastoral 1922:56-58*). Seguindo as determinações de Leão XIII, propunha o uso da imprensa no combate à *má imprensa*, como instrumento de “edificação”, de defesa do catolicismo e como meio

de salvaguardar a “civilização christã”, que estava ameaçada (Carta Pastoral 1922:56-58). Para tal, defendia a vigilância cotidiana e as censuras à imprensa acatólica: “Não seria homem de seu tempo o parocho que não se oppozesse propaganda á propaganda, livro a livro, jornal a jornal”. Os católicos foram admoestados a ler apenas o que era indicado pela hierarquia eclesiástica e a não contribuir com a *má imprensa*, seja comprando, assinando e lendo, pois estariam traindo a Pátria, o Estado, as heranças dos antepassados e a catolicidade do povo brasileiro (Carta Pastoral 1922:59-60). O episcopado propunha uma guerra à *má imprensa*, tendo à frente os párocos e os católicos:

Os auxílios aos jornaes catholicos dos grandes centros, esses poderosos couraçados de primeira classe, como lhes chama Babin, não exclue o amparo indispensável ás Folhas regionais, comparadas pelo mesmo ás torpedeiras e contratorpedeiras, que devem formar a esquadilha de ataque e defesa em zonas mais restrictas, sem que por isso deixem de representar papel decisivo no conjuncto da batalha (Carta Pastoral 1922:60).

Os jornalistas, como apóstolos, teriam a missão nobilíssima de defender a Igreja e excitar os católicos à prática e à observância dos deveres, a fim de que toda a sociedade e o Estado fossem salvos e purificados. Seguindo as determinações de Leão XIII aos bispos do Peru, de 1º maio de 1894, o episcopado brasileiro conclamava os jornalistas católicos a se infiltrarem em todos os meios de comunicação, a fim de “cumprirem suas obrigações proprias dos que combatem pelas causas justas”, sustentando os “direitos da Igreja” e respeitando “a autoridade dos que regem os negocios publicos, e, no desempenho dos seus deveres, se lembrem de procurar, como é de razão, a direccção dos Bispos e seguirem seus conselhos” (Carta Pastoral 1922:111, 113). “A sua voz e principalmente o seu bom exemplo, os desalentos cobram novos brios, novos *camaradas* surgem, e, formando ao lado da Cruz, movem-se em defesa da Igreja e do Estado, cujos interesses propugna e patrocina, pois não há mais solido fundamento para a ordem social do que *a fé e a moral christã, diffundidas pela imprensa catholica*” (Carta Pastoral 1922:112, grifos do autor).

D. Leme, de 1922 a 1930, como arcebispo-coadjutor, e de 1930 a 1942, como arcebispo e cardeal, liderou o episcopado e fortaleceu as relações entre a Igreja Católica e o Estado. Com relação à imprensa, implementou inúmeras reformas e enfrentou o frei Pedro Sinzig, que pretendia fundar um jornal na cidade do Rio de Janeiro. D. Leme conseguiu, aos poucos, combater a autonomia do Centro da Boa Imprensa e isolar Pedro Sinzig e seu grupo. Ao mesmo tempo, investiu em duas instituições, o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, ambas subordinadas à sua autoridade. A revista, de cunho nacionalista e conservador, circulou nacionalmente e influenciou várias gerações. A publicação tinha por objetivo “catolicizar a inteligência brasileira” e tornou-se o principal núcleo intelectual do catolicismo até 1941, quando foi criada a Pontifícia Universidade Católica (PUC), no Rio de Janeiro. Essas instituições

arregimentaram inúmeros intelectuais laicos e foi por meio delas que a hierarquia eclesiástica organizou a ação do laicato. De 1921 a 1928, a revista foi dirigida por Jackson de Figueiredo e, após 1928, por Alceu Amoroso Lima, ambos indicados por D. Leme. Alceu Amoroso Lima fortaleceu as bases da reação católica ao organizar a Ação Católica, a Liga Eleitoral Católica e o Instituto Católico de Estudos Superiores.

D. Leme, ao longo da sua gestão, aproximou a hierarquia eclesiástica brasileira da Santa Sé e dos representantes pontifícios. Suas ações na defesa e conquista dos interesses católicos eram previamente aprovadas pela Santa Sé. O objetivo era aperfeiçoar as estratégias, a fim de conquistar uma maior inserção política da Igreja no Estado, de ampliar a presença e participação na sociedade e de pleitear o reconhecimento dos seus princípios. O Movimento de Restauração da Sociedade Nacional em Cristo, conhecido como Idade Nova ou Neocristandade, pretendia superar as crises da civilização burguesa, regenerar o Brasil, a política e o Estado por meio da religião e restaurar no mundo o domínio espiritual do catolicismo e estabelecer uma relação colaborativa entre a Igreja e o Estado (Vieira 2007; Mainwaring 2004).

Segundo Araújo (1986:51, 102, 113), coexistiu entre o episcopado “dois modelos ou duas concepções de Igreja – Cristandade e Sociedade Perfeita”, a primeira inspirada na concepção de gênero medieval, conhecida por Cristandade, e, a segunda, na concepção configurada pelo Concílio de Trento (1545-1563). Na concepção como Cristandade, “o poder político constituído e o poder da Igreja se identificam, a ponto de se confundirem; na concepção como Sociedade Perfeita, a Igreja se coloca ao lado do poder e da autoridade politicamente constituídos” (Araújo 2007:103). Estes eram dois poderes autossuficientes para concretizarem seus fins e objetivos, porém com uma ascendência, pelo menos indireta, da Igreja sobre o Estado.

Nesse contexto de ofensiva, a imprensa católica recebeu grande importância como disseminadora, na esfera social e política, dos valores católicos, sendo ampliado o número de impressos (revistas, jornais, livros, folhetos). O objetivo era mobilizar os católicos por meio da Ação Católica e da Liga Eleitoral Católica e transformar as relações entre a hierarquia eclesiástica e os católicos, aproximando-os na defesa dos interesses religiosos.

Considerações finais

São inegáveis as contribuições trazidas pela obra *Os bispos do Brasil e a imprensa*, sobretudo como fonte de informação e registro sobre a trajetória das pesquisas sobre o campo dos meios de comunicação e por ter possibilitado o desenvolvimento de novas pesquisas, enfoques e abordagens. Entretanto, deve ser lida no contexto da sua produção, considerando-se as preocupações, limitações e dificuldades que foram enfrentadas por Lustosa e por sua equipe. Nesse sentido, negar parcialmente suas interpretações, assim como as conclusões dos demais pesquisadores, inclui também sua *conservação*, sem diluir o que nos difere.

Lustosa enfocou a grande vitalidade da imprensa católica, em função do crescente interesse da hierarquia eclesiástica brasileira em investir nos meios de comunicação e buscar a sua unidade de ação. Assim, o episcopado teria realizado “um trabalho sério e organizado” para consolidá-la. As cartas pastorais revelariam o “coro unânime de valorização do papel da Imprensa na sociedade moderna” (Lustosa 1983:22, 25).

Lustosa também apresentou algumas contradições: as cartas pastorais não foram escritas por lideranças do episcopado brasileiro, ou seja, não pertenciam às circunscrições eclesiásticas mais importantes do Brasil ou de uma “grande capital ou centro urbano que se projetasse com função social, política, cultural ou econômica expressiva” (Lustosa 1983:23). Foram publicadas nas dioceses de Curitiba, Goiás, Pelotas, Pouso Alegre, Aterrado e Ilhéus e nas arquidioceses da Paraíba, do Pará e de Cuiabá, que não tinham importância no jogo político da hierarquia brasileira e cujo alcance e influência seriam limitados. Sabe-se que os centros decisórios do catolicismo institucional naquela conjuntura eram as arquidioceses do Rio de Janeiro, de Salvador, de Recife e de São Paulo.

A imprensa católica era uma preocupação recorrente da Santa Sé e foi abordada em inúmeras encíclicas e em outros documentos pontifícios e da Secretaria de Estado. Aparece também nas resoluções do Concílio Plenário Latino-Americano e nas Pastorais Coletivas (1890, 1900, 1915, 1922); contudo, os investimentos realizados pelo episcopado brasileiro não correspondiam às expectativas da Santa Sé, evidenciando a existência de resistências às orientações e determinações pontifícias, em função das singularidades do cenário religioso e dos interesses e exigências do episcopado, havendo tensões entre ambos os projetos. Entre a hierarquia eclesiástica brasileira, também havia lutas e embates a respeito dos vários projetos de recristianização social e de intervenção na sociedade. O Centro e a Liga da Boa Imprensa, por exemplo, não foram apoiados pelo episcopado, inexistindo uma unidade de ação e de orientação sobre esse tema. Como foi demonstrado, as cartas pastorais sobre a imprensa, ao contrário do que afirma Lustosa (1983:11, 25), não representavam o “pensamento da hierarquia”, e esta não agia de forma homogênea, como um “coro unânime”.

As divergências e embates entre a hierarquia eclesiástica são reveladoras dos diferentes projetos internos de cada bispo, da Nunciatura e da Santa Sé. Como observou Santirochi (2010:32), os bispos não seriam “agentes de Roma”, pois muitos tinham ideias e propostas próprias para reformar a Igreja, e muitos posicionamentos da Santa Sé, acerca de diferentes temas, foram revistos por levarem em consideração “ofícios, cartas e documentos enviados pelos seus representantes, pelos prelados e por laicos brasileiros, numa tentativa de compreender a especificidade brasileira e do desenvolvimento do catolicismo” no país.

Os jornais católicos brasileiros, no olhar da Santa Sé, não formavam uma opinião pública, não mobilizavam o laicato, não cristianizavam a sociedade e não seriam eficazes para combater os erros da modernidade, os inimigos da Igreja Católica e a

imprensa escrita por acatólicos. Esse cenário desfavorável era atribuído à ineficiência do episcopado e à sua má formação intelectual, salvo raras exceções.

O episcopado brasileiro, embora investisse na imprensa, resistiu à proposta de criar um jornal católico que circulasse em nível nacional, evidenciando a existência de vários projetos de recristianização social, distintos dos da Santa Sé e dos representantes pontifícios. No interior da hierarquia eclesiástica brasileira, havia inúmeras divergências sobre o tema e diferentes grupos lutavam, resistiam e tentavam impor suas propostas e visões do mundo social.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, José Carlos Souza. (1986), *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas.
- _____. (2007), “As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia”. In: M. I. M. Nascimento et al. (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas/SP: Autores Associados.
- AZZI, Riolando. (1992), *Os bispos reformadores: a segunda evangelização do Brasil*. Brasília: SER/Editora Rumos.
- _____. (1994), *A neocrisandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus.
- CARTA Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis de suas Dioceses por ocasião do Centenário da Independência. (1922), Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Marques, Araújo e Cia.
- CRUZ, Heloisa Faria; CUNHA, Peixoto Maria. (2007), “Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa”. *Projeto História*, nº 35: 253-270.
- DALMOLIN, Aline Roes. (2012), “Por uma história da imprensa católica brasileira”. In: *Anais do 4º Encontro do Núcleo Gaúcho de História da Mídia*. São Borja: UNIPAMPA. Disponível em: http://porteiras.s.unipampa.edu.br/gphm/files/2012/05/gthistoriografiadamedia_Aline_Dalmolin.pdf. Acesso em: 02/11/2016.
- DELLA CAVA, Ralph; MONTERO, Paula. (1991), *E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil (1962-1989)*. Petrópolis: Vozes.
- GONÇALVES, Marcos. (2008), “Missionários da ‘boa imprensa’: a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX”. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 55: 63-84.
- HOONAERT, Eduardo. (1979), *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- HOOVER, Stewart M. (2012), “Religion and the Media in the 21st Century”. *Trípodos*, nº 29: 27-35.
- LEÃO XIII, Papa. (1899), *Paternae Providequae*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/la/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae.html. Acesso em: 10/08/2017.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. (1983), *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB.
- MAINWARING, Scott. (2004), *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense.
- MARQUES DE MELO, José. (2003), *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EdUPUCRS.
- MARTINS, Ana Luiza. (2003), “Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras”. *História*, vol. 22: 59-79.
- MICELI, Sergio. (1988), *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- ROMANO, Roberto. (1979), *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós.

- SANTIROCHI, Ítalo Domingos. (2010), “Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma”. *Temporalidades*: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol. 2, nº 2: 24-33.
- SAUSSY, Haun. (2001), “In the Workshop of Equivalences: Translation, Institutions and Media in the Jesuit Re-Formation of China”. In: S. Weber; H. de Vries (eds.). *Religion and Media*. Stanford: Stanford University Press.
- SILVEIRA, Diogo Osmar. (2013), “A pejeia pela ‘boa imprensa’: reflexões sobre os jornais da Igreja, a romanização dos costumes e a identidade católica no Brasil”. In: *Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia*, Ouro Preto: UFOP. Disponível em: <http://www.ufop.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/a-pejeia-pela-201cboa-imprensa201d-reflexoes-sobre-os-jornais-da-igreja-a-romanizacao-dos-costumes-e-a-identidade-catolica-no-brasil>. Acesso em: 02/11/2016.
- SINZIG, Pedro. (1910), “Avante! Brasil católico”. *Vozes de Petrópolis*, julho de 1909 a junho de 1910: 253-256.
- SOARES, Ismar de Oliveira. (1988), *Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica do Brasil sobre a comunicação social*. São Paulo: Edições Paulinas.
- VIEIRA, Dilermando Ramos. (2007), *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida/SP: Ed. Santuário.

Notas

- Entre julho de 2015 e julho de 2016, realizei o estágio pós-doutoral na Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, com apoio da CAPES. Nesse período, pesquisei em vários arquivos e coletei importantes fontes sobre a história da Igreja Católica no Brasil.
- O CEPEHIB publicava os *Cadernos de História da Igreja no Brasil*.
- Segundo Lustosa (1983:8), após o término do levantamento realizado sobre a imprensa católica, o *Boletim* nº 3, do CEPEHIB, publicado em julho de 1980, propôs um plano de ação, as bases e as etapas a serem desenvolvidas para o estudo da imprensa católica.
- Leão XIII criou uma classificação hierárquica e condenatória ao distinguir a *boa* da *má imprensa*, sendo necessário controlar, condenar e censurar a *má* e fomentar a *boa*. A *boa imprensa* era vista como uma das principais formas de conservação da fé na sociedade, e a *má* seria aquela que ameaçava a ordem social, que criticava o catolicismo e os fundamentos cristãos da sociedade.
- Segundo Lustosa (1983:17), os conteúdos eram informativos, “comentando os acontecimentos” e “analisando as correntes de [opiniões]”. Porém, predominavam reportagens sobre a “vida interna da Igreja”.
- Segreteria di Stato, Sezione per i Rapporti con gli Stati (S.RR.SS.), Archivio Storico, Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari (AA.EE.SS.), Brasile I, Anno 1876-1877, Pos. 164-168, Fascicolo 188, N. 164. Istruzione per Mons. Cesare Roncetti, Arcevescovo di Seleucia in p. i, Internuncio Ap.co nell’Impero del Brasile, Delegato Ap.co nelle Repubbliche di Bolivia, Uruguay, Paraguay, Chile e Confederazione Argentina.
- Segreteria di Stato, Sezione per i Rapporti con gli Stati (S.RR.SS.), Archivio Storico, Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari (AA.EE.SS.), Brasile, Anno 1814-1938, Sezione 343, Vol. XXIV. Fascicolo 3, Anno 1857, p. 213-218, Relazione sullo stato delle cose religiose.
- Segreteria di Stato, Sezione per i Rapporti con gli Stati (S.RR.SS.), Archivio Storico, Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari (AA.EE.SS.), Brasile, Anno 1814-1938, Sezione 342-343, Vol. XXIV. Fascicolo 3, Anno 1857, p. 221r (p. 2), 231 (p. 5), 231v.
- Segreteria di Stato, S.RR.SS., Archivio Storico, AA.EE.SS., Brasile II, Anno 1882-1884, Pos. 224-231, Fascicolo 13, n. 228; Carta de Vicenzo Vannutelli para Ludovico Jacobini, de 18 fev. 1882.
- Archivio Segreto Vaticano (ASV). Indici 1153A, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Libro 57. Carta de Mario Mocenni para Ludovico Jacobini, de 4 jun. 1882, p. 16 (tradução nossa).
- Hermes da Fonseca, por exemplo, tentou aproximar-se da hierarquia eclesiástica, buscando aliados e apoios às crises que enfrentava. Em 1917, Venceslau Brás, ao nomear D. Francisco de Aquino Corrêa como presidente de Mato Grosso, prestigiou a Igreja Católica e demonstrou a união e a colaboração entre a Igreja e o Estado. Em

- 1922, o presidente Epitácio Pessoa foi apoiado por D. Sebastião Leme contra a ameaça dos tenentes. Nas comemorações do jubileu de ouro da ordenação sacerdotal do cardeal Arcoverde, o presidente Artur Bernardes, seu vice e seus ministros compareceram às festividades. Enfim, são inúmeros os exemplos de consagração do poder e da autoridade, dando provas inequívocas de apoio da Igreja Católica ao Estado e às Forças Armadas. Entre elas, as missas de ação de graças para celebrar a vitória nas eleições dos presidentes, as visitas dos núncios apostólicos ou dos Encarregados dos Negócios da Santa Sé no Brasil aos presidentes eleitos (quando era entregue uma bênção apostólica assinada pelo Papa), a presença de autoridades religiosas nas aparições públicas dos presidentes. *Archivio Segreto Vaticano*. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta de Alexandre Bavona para Raffaele Merry del Val, de 2 set. 1910; *Archivio Segreto do Vaticano*, Índici 1277, Congregazione Concistorial, Ponenze, 1916-1954, p. 4.
- 12 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 93, Fascicolo 456. Encíclica de Leão XIII ao Episcopado Brasileiro, 28 set. 1899.
- 13 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 99, Fascicolo 486. *Circolare all'Episcopato Brasiliano nel mese di 12 maggio 1904*.
- 14 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 2 de setembro de 1910.
- 15 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 11 de agosto de 1910.
- 16 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 21 de fevereiro de 1910, 11 de agosto de 1910 e de 30 de setembro de 1910.
- 17 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 6 de agosto de 1910.
- 18 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 6 de agosto de 1910.
- 19 ASV. Indici 1153, Segreteria di Stato, Ano 1910, Rúbrica 251, Fascicolo 25. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alessandro Bavona, de 28 setembro de 1910; *Archivio Segreto Vaticano*. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 30 de setembro de 1910.
- 20 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 653. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 11 de agosto de 1910.
- 21 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 2 de setembro de 1910.
- 22 Esse relatório teria sido encomendado pelo Secretário de Estado, cardeal Mariano Rampolla del Tindaro (1887-1908), e instruído por meio da *Circolare* nº 22.409, de 25 de maio de 1895. O objetivo era conhecer a situação política da imprensa brasileira, sobretudo da católica. Esse trabalho demorou vários anos para ser concluído. ASV. Libro 68, p. 3r/v. 4r. *Circolare* nº 22409, de 25 de maio de 1895.
- 23 Em Manaus, haveria três jornais anticlericais, além de três no Pará, dois em Pernambuco, quatro na Bahia, quatro em São Paulo e oito no Rio de Janeiro. ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 6 de agosto de 1910 (tradução nossa).
- 24 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 6 de agosto de 1910 (tradução nossa).
- 25 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 6 de agosto de 1910 (tradução nossa); ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 31 de outubro de 1910.
- 26 ASV. Indici 1153, Segreteria di Stato, Ano 1910, Rúbrica 251, Fascicolo 25. Carta do núncio Alessandro Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 2 setembro de 1910.
- 27 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 2 de setembro de 1910.
- 28 ASV. Indici 1153, Segreteria di Stato, Rúbrica 251, Fascicolo 25. Carta do núncio Alessandro Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 2 setembro de 1910.
- 29 Outra tensão ocorreu em torno da proposta de Sinzig de criar um partido católico. O episcopado mostrava-se contrário e defendia que a mobilização do eleitorado deveria ser realizada por outros meios. Em 1913, D. João Ba-

tista Corrêa Nery, bispo de Campinas, avançou nessa proposta ao elaborar um projeto de mobilização do laicato, que seria futuramente a Liga Eleitoral Católica.

- 30 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 2 de setembro de 1910.
- 31 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, para o núncio Alexandre Bavona, de 6 de agosto de 1910.
- 32 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 31 de outubro de 1910.
- 33 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 21 de fevereiro de 1910 e de 31 de outubro de 1910.
- 34 ASV. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 132, Fascicolo 153. Carta do núncio Alexandre Bavona para o cardeal Raffaele Merry del Val, Secretário de Estado, de 31 de outubro de 1910.
- 35 ASV. Indici 1277, Fondo della Congregazione Consitoriale Ponzese, 1916, f. 54; Sacra Congregazione Consistoriale, II Brasile, n. 480/16, 15 de junho de 1916, p. 29-30, 41-44.
- 36 ASV. Indici 1277, Fondo della Congregazione Consitoriale Ponzese, 1916, f. 54; Sacra Congregazione Consistoriale, II Brasile, n. 480/16, 15 de junho de 1916, p. 29-30, 41-44.
- 37 ASV. Indici 1277, Fondo della Congregazione Consitoriale Ponzese, 1916, f. 54; Sacra Congregazione Consistoriale, II Brasile, n. 480/16, 15 de junho de 1916, p. 29-30, 41-44.
- 38 ASV. Indici 1153A, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 173 bis, Fascicolo 952. Le Brésil catholique Rapport Général et Etude Synthétique par le Visiteur E. R. P. Marcel Rénaud S. J. 1924-1925, p. 12-13.
- 39 ASV. Indici 1153A, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 168, Fascicolo 914. Carta do cardeal Pietro Gasparri, Secretário de Estado para o núncio Enrico Gasparri, de dezembro de 1920.

Submetido em: 21/02/2018

Aceito em: 31/12/2018

Jérri Roberto Marin (jerrimarin@gmail.com)

Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil; Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil; Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, SP, Brasil.

Resumo:**Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil**

Apresento neste artigo uma crítica à vertente interpretativa de Oscar de Figueiredo Lustosa, consagrada na obra *Os bispos do Brasil e a imprensa*, sobre o desenvolvimento da imprensa católica no Brasil. Para tal, enfoco as relações entre a Santa Sé e a hierarquia eclesiástica brasileira desde o final do século XIX até as primeiras décadas do regime republicano. O episcopado brasileiro valorizava a imprensa católica como meio de recristianização social e de combate aos inimigos e aos erros da modernidade. Porém, os investimentos não correspondiam às expectativas da Santa Sé, evidenciando a existência de resistências, tensões e embates às determinações pontifícias e de disputas e embates, em função dos diferentes projetos de recristianização social e de intervenção na sociedade.

Palavras-chave: Oscar de Figueiredo Lustosa, Imprensa, Catolicismo

Abstract:**Reflections of the catholic press in Brazil**

I present in this article a critique of Oscar de Figueiredo Lustosa's interpretation, established in his book *Os bispos do Brasil e a imprensa*, about the development of the catholic press in Brazil. To that end, I focus on the relations between the Holy See and the Brazilian ecclesiastical hierarchy since the end of the 19th century until the first decades of the republican regime. The Brazilian episcopacy valued the catholic press as a means of social re-christianization and to combat the enemies and the errors of modernity. However, the investments did not meet the expectations of the Holy See, evidencing the existence of resistance to pontifical determinations, in view of the different projects of social re-christianization and intervention in society.

Keywords: Oscar de Figueiredo Lustosa, Press, Catholicism